

Nova estatal do petróleo?

O presidente Lula quer mudar a Lei do Petróleo, para distribuir melhor a riqueza gerada com a exploração do pré-sal. O que o senhor acha disso?

Selvino Heck

Oportunidade de ouro

O presidente Lula falou para estudantes no Rio: "Precisamos mexer na Lei do Petróleo, para que a gente possa resolver o problema de milhões de pobres e não deixar na mão de meia dúzia de empresas que pensam que o petróleo é delas". Já a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, falou dias depois: "A importância de uma transformação definitiva do Brasil e sua elevação à condição de país desenvolvido passa, necessariamente, por uma política maciça e massiva de educação, que faça com que todos os brasileiros tenham o mínimo de nove anos de escolaridade".

As afirmações do presidente e da ministra estão no centro do debate sobre o modelo a ser utilizado para a exploração das reservas de petróleo da camada pré-sal descobertas na plataforma continental brasileira e que poderão colocar o Brasil na lista dos maiores produtores mundiais de petróleo, as quais se estendem do litoral do Estado do Espírito Santo ao de Santa Catarina. Não se sabe ainda qual o volume de óleo contido nos reservatórios, mas as expectativas são bastante promissoras, além de as análises das amostras coletadas mostrarem ser um óleo leve de excelente qualidade.

Há quem defenda criar uma empresa específica para administrar esse petróleo da camada pré-sal. Isto é, a exploração do petróleo não seria da Petrobras e sim dessa empresa, a exemplo de países como a Noruega e a China. Outros defendem a manutenção do modelo atual, onde há a aquisição de concessões para exploração pela iniciativa privada em leilões, com as empresas vencedoras sujeitando-se aos encargos e riscos da exploração no local, além da obrigação de cederem parte dos rendimentos às diversas esferas da União.

O debate está em curso. O governo federal formou grupos de trabalho que deverão apresentar estudos e propostas ao presidente nos próximos meses. À luz da atual legislação e de possíveis mudanças na Lei do Petróleo, o governo vai decidir sobre o modelo a ser assumido.

Olhando os resultados, rasos, do Brasil nas Olimpíadas, verificando, embora os avanços produzidos pelas políticas econômicas e sociais do governo Lula, que o Brasil continua sendo um dos países de pior distribuição de renda do mundo, não há como não concordar com o presidente, quando ele diz que o país tem em mãos uma oportunidade de reparar uma dívida histórica com a população mais pobre, carente de educação e alimentação de qualidade: "Deus não nos deu isso para que a gente continue fazendo burrice. Deus deu um sinal. Mais uma chance para o Brasil".

Além disso, diz o professor Ignacy Sachs, da Escola de Altos Estudos Sociais em Ciências Sociais de Paris e da USP, o Brasil pode ser porta-voz e protagonista, num momento histórico de esgotamento de um determinado modelo de desenvolvimento baseado fundamentalmente no petróleo, do avanço no uso de diferentes energias renováveis aqui disponíveis, como a solar, a eólica, a hidráulica, a marinha e a biomassa.

Como se vê, o futuro sorri para o Brasil. Basta não perder a oportunidade de ouro.

■ ■ **Selvino Heck** é assessor especial do Gabinete Pessoal do Presidente da República

Luiz Paulo Vellozo Lucas

Já pertence aos brasileiros

O debate sobre as descobertas de petróleo na camada pré-sal da costa brasileira tem monopolizado as discussões no noticiário econômico. O volume de opiniões sobre o assunto impressiona. No entanto, vêm de setores do próprio governo as versões mais díspares sobre o tema. A cada dia, acompanhamos o surgimento de idéias mirabolantes do que se fazer com os recursos provenientes dessa riqueza que terá de ser explorada a mais de sete mil metros do fundo do mar, sob uma camada espessa de sal e a um custo ainda indefinido. Vendem a ilusão de que de uma hora para outra estaremos todos ricos.

A importância do assunto requer um debate sério, destituído da intenção de confundir a opinião pública para obter ganhos eleitorais. O PSDB já tomou a sua decisão. Além de instituir um grupo interno para discutir o assunto, a legenda propõe a criação de uma Comissão Especial Mista do Congresso Nacional para aprofundar o debate. De fato, as descobertas alteraram as perspectivas para o setor de petróleo e gás no Brasil. Esse novo cenário trouxe a necessidade da revisão da fatia governamental nas atividades de produção do setor. No entanto, ao contrário de segmentos do governo que têm defendido mudanças na Lei 9.478/97, mais conhecida como Lei do Petróleo, o partido acredita que a alteração do marco legal significaria um imenso retrocesso.

Contudo, desde as descobertas das jazidas de Tupi no ano passado, não há qualquer sinal claro para onde o governo pretende caminhar. Esses ruídos têm gerado imensas incertezas, que acabam causando insegurança jurídica. Basta lembrar que os investimentos estão paralisados. Enquanto isso, o petróleo permanece adormecido em águas ultraprofundas.

No cardápio de sugestões diárias sobre o assunto, a mais esdrúxula, sem dúvida, é a criação de uma estatal para gerenciar o petróleo extraído do pré-sal. A nova empresa significaria romper com o modelo definido há uma década pela Lei do Petróleo, que foi responsável pela principal revolução na economia brasileira nos últimos anos. Mudar as regras agora seria acabar com o modelo de concessões e com a transparência das licitações internacionais. Antes do marco legal, o setor representava apenas 3% do PIB. Atualmente, responde por mais de 10% da riqueza nacional.

Hoje o governo recebe cerca de 10% da produção dos campos em royalties, conforme definido na lei, e entre 10% e 40% da rentabilidade de campos gigantes sob a forma de direitos especiais. Desde 1997, os recursos dos royalties já renderam ao Estado 91 bilhões de reais. O governo pode aumentar as suas receitas, elevando as participações governamentais, sem mudar o modelo de concessão através de licitações.

As descobertas do pré-sal e os resultados financeiros de sua exploração nos obrigam a enfrentar esse debate. A decisão sobre a partilha dos royalties do petróleo entre os entes da federação e a destinação do uso da parcela que couber à União deve ser feita de forma madura pelo Congresso Nacional

■ ■ **Luiz Paulo Vellozo Lucas** é deputado federal pelo PSDB e presidente do Instituto Teotônio Vilela